

O INVENTÁRIO CULTURAL E A FICHA DO ANTIGO TEATRO 28 DE SETEMBRO: UM INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

112

¹ Monike Veleda Girard, autora - Graduada em Arquitetura e Urbanismo, URCAMP

² Myllena Reiznautt Vaz, autora - Graduada em Arquitetura e Urbanismo, URCAMP

³ Marília Pereira A Barbosa, autora – Professora Mestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo, URCAMP.

O inventário cultural é uma das ferramentas mais antigas e fundamentais na proteção do patrimônio cultural. Sua origem remonta à França em 1837, sendo posteriormente adotado em diversos países, incluindo o Brasil. No contexto brasileiro, essa prática começou a ser proposta entre os anos de 1917 e 1935, sendo oficialmente incorporada com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, sob a liderança de importantes personalidades como Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa. Desde então, o inventário vem sendo reconhecido como um instrumento técnico, jurídico e administrativo de grande relevância para subsidiar políticas públicas de preservação. (IPHAE, 2020). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o inventário passou a ter respaldo legal, estabelecendo-se como um ato administrativo autônomo e essencial no processo de patrimonialização dos bens culturais, tanto materiais quanto imateriais. Seu principal objetivo é a identificação, registro e valorização desses bens, com base em critérios históricos, artísticos, arquitetônicos, paisagísticos e socioculturais, garantindo sua proteção e integridade para as futuras gerações. (IPHAE, 2020). O inventário cultural não é apenas um estudo técnico, mas um instrumento de gestão e planejamento, que organiza e disponibiliza informações sobre os bens culturais de uma determinada localidade. Ele serve como base para ações de tombamento, registro, educação patrimonial, turismo cultural e planejamento urbano. Os bens inventariados, sejam eles públicos ou privados, passam a ser considerados de interesse público e estão sujeitos a restrições legais quanto à sua alteração ou destruição, que só pode ocorrer com autorização do órgão responsável. (IPHAE, 2020). A elaboração de um inventário envolve diversas

etapas, incluindo o planejamento e pesquisa histórica; atividades de campo como entrevistas, registros fotográficos e documentações técnicas; organização das informações em fichas; e a difusão dos dados em plataformas acessíveis ao público. Esse processo é realizado por equipes multidisciplinares, geralmente compostas por arquitetos, historiadores, sociólogos, urbanistas, entre outros profissionais. (IPHAE, 2020)

No Brasil, a responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural é compartilhada entre União, Estados, Municípios e a sociedade, cabendo principalmente aos municípios a liderança desse processo. Isso se deve ao fato de que é no espaço local que se concentram as culturais, as memórias e as tradições que definem a identidade de um povo. Portanto, o apoio do poder público municipal é essencial para garantir a eficácia dos inventários culturais como instrumentos de valorização e proteção do patrimônio. (IPHAE, 2020) Dentro desse contexto, destaca-se a elaboração da ficha do Antigo Teatro 28 de Setembro, um bem cultural de reconhecido valor histórico e simbólico para o município de Bagé (RS). A criação dessa ficha integra o inventário cultural local e representa um passo importante na direção da preservação da memória urbana e da identidade cultural da comunidade. O Teatro 28 de Setembro, inaugurado em Bagé, teve sua origem em 1872, fruto da iniciativa do Clube Abolicionista e de militantes do Partido Liberal. A Câmara Municipal doou o terreno, e a pedra fundamental foi lançada no mesmo ano. A obra foi concluída em 1883, graças a campanhas de arrecadação que contaram com o empenho de figuras importantes como o médico Dr. Albano de Souza e o empresário João Antônio Damé, maior acionista do projeto. (FAGUNDES, 2007)

Projetado por José Obino, o teatro teve sua construção e decoração executadas por profissionais italianos, como Ricardo Giovanini e Paulo Gusiles, que conferiram ao edifício um alto padrão de luxo, excelente acústica e grande imponência estética. À época, o Teatro 28 de Setembro era considerado o mais bonito do Estado do Rio Grande do Sul. Funcionando como sociedade anônima, o teatro distribuía dividendos aos sócios e se firmava como um importante equipamento cultural da cidade. Foi palco de peças teatrais, companhias líricas e diversos eventos culturais. Em 1898, o local abrigou as primeiras sessões de cinema em Bagé, antes mesmo de cidades maiores como Pelotas e Rio Grande. (FAGUNDES, 2007)

Infelizmente, no dia 10 de junho de 1917, durante uma exibição cinematográfica, o teatro foi completamente destruído por um incêndio. A ausência de um Corpo de Bombeiros e o pânico durante o evento contribuíram para a rápida propagação das chamas. Apesar dos danos materiais, não houve vítimas fatais. Sem recursos para reconstrução, o terreno foi reaproveitado ao longo dos anos para outros fins. Em 1931, passou a abrigar uma praça esportiva e, em 1944, foi cedido ao Banco do Brasil, sendo posteriormente vendido ao Círculo Militar. (FAGUNDES, 2007)

O local ainda abrigou instituições como bancos, a Justiça Federal e uma

academia de dança, mas jamais recuperou o brilho cultural que possuía nos tempos do lendário teatro. A ficha técnica, como parte integrante do inventário cultural, reúne informações fundamentais e além disso, a ficha valoriza o conhecimento da comunidade local.

Para a realização do inventário, foi desenvolvida uma ficha seguindo o modelo do IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do RS), dentro do Sistema de Rastreio Cultural, Bens Edificados. O bem documentado é o Antigo Teatro 28 de Setembro, localizada em Bagé (RS), na Avenida General Osório, nº 900. A ficha reúne informações sobre a história, arquitetura, usos ao longo do tempo e estado atual do imóvel.

Originalmente construído como teatro, o prédio passou por diversos usos institucionais, incluindo praça esportiva, sede do Banco do Brasil, Justiça Federal e reitoria da UNIPAMPA. Atualmente, encontra-se sem uso definido. O bem é protegido pelo IPHAE, com recomendação de manutenção dessa proteção por seu valor cultural e histórico. A análise arquitetônica aponta características do estilo Art Déco tardio ou Racionalismo Moderno, com fachada simétrica, linhas verticais, materiais lisos e estética funcional. A ficha inclui ainda imagens históricas e atuais do edifício, do entorno e uma planta de situação atualizada.

Ficha desenvolvida:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Cultura

IPHAE INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL
M 01 BENS EDIFICADOS
INVENTÁRIO

Município: Bagé

Denominação do bem: Antiga Sede do Banco do Brasil mUN
Endereço/Localização: N° 900, Avenida General Osório, Centro.

Uso original e atual: Foi construído para ser um teatro, após o incêndio foi construída uma praça de jogos esportivos. Atualmente não tem função, mas foi rebatizada de UNIPAMPA por último.

Proteção Existente: IPHAE. Proteção Proposta: Manter a proteção.

Valores estabelecidos ao bem: Patrimônio Cultural, bem imóvel.

Histórico: Inaugurado em 1983, foi palco de peças, apresentações líricas e, em 1988, das primeiras sessões de cinema em Bagé. Entre eventos marcantes, ocorrem a morte do médico Nicoror Parla (1912) e visita de Cláudio Blac (1916). Em 10 de junho de 1917, o teatro foi destruído por incêndio durante uma sessão de cinema. O terreno virou praça esportiva em 1931 e, em 1944, passou ao Banco do Brasil, depois ao Circolo Militar, abrigando ainda bancos, Justiça Federal, academia de dança e a edificação da Unipampa.

Documentação Iconográfica:



Levantamento Fotográfico atual:



Imagens complementares (entorno, edificações)



Análise Arquitetônica:

A fachada principal se organiza simetricamente em torno do eixo central de acesso, apresenta ritmo e proporção equilibrados, com colunas verticais marcando os vãos.

O edifício apresenta características do Estílo Art Déco tardio ou Racionalismo Moderno: como ausência de ornamentos, ênfase nas linhas verticais e horizontais, simplicidade volumétrica, uso de materiais lisos e proporções e elementos que valorizam a monumentalidade institucional mas de modo sóbrio e funcional.

Planta de situação atualizada



Fontes: Elizabeth Fagundes.

Locais pesquisados: Antiga Sede do Banco do Brasil

Responsável pelo inventário: Myllena Reiznaut Vaz e Monike Veleda Girard

Data: 07/10/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O inventário cultural é, portanto, muito mais do que uma exigência burocrática. Ele é um instrumento dinâmico, educativo e estratégico, essencial para a construção de políticas públicas de preservação do patrimônio, para o planejamento urbano e até mesmo para o desenvolvimento turístico sustentável. A ficha do Antigo Teatro 28 de Setembro exemplifica como esse instrumento pode ser aplicado na prática para proteger bens de valor histórico, artístico e simbólico, mesmo quando sua estrutura física já não está presente. A ausência de um inventário atualizado pode gerar conflitos entre o desenvolvimento urbano e a preservação da memória coletiva. Por isso, é fundamental que os municípios contem com legislação adequada e apoio técnico contínuo para manter seus inventários culturais atualizados e acessíveis, garantindo a valorização das identidades locais e a transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações. Assim, a ficha do Antigo Teatro 28 de Setembro não é apenas um registro técnico, mas uma forma concreta de reconhecer, proteger e valorizar a memória viva da cidade de Bagé.

Referências

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAE). Inventários de Bens Culturais. Porto Alegre, 2020. PDF

FAGUNDES, ELIZABETH. Inventário Cultural de Bagé. Bagé, 2007